

Os próximos passos do acerto externo

GAZETA MERCANTIL

9 NOV 1987

por Paulo Sotero
de Nova York

Somente no início desta semana os mais de 750 bancos credores da dívida externa brasileira serão oficialmente informados sobre os detalhes do acordo preliminar que o governo brasileiro concluiu com o comitê representativo dos bancos, na noite da última quinta-feira, em Nova York.

A demora, segundo afirmou a este jornal, na sexta-feira passada, uma qualificada fonte financeira, deve-se à complexidade da tarefa de redigir um anúncio sobre um arranjo de caráter precário, propositalmente vago em vários de seus aspectos mais controversos e ainda não resolvidos e que, a despeito dessas limitações, terá de ser vendido aos grandes bancos — e à classe política brasileira — antes de começar a produzir seu efeito mais imediato: a suspensão da moratória decretada pelo



Fernão Bracher

presidente José Sarney, em fevereiro passado.

Na sexta-feira, enquanto Fernão Bracher, o chefe da missão que negociou com os bancos; regressava ao Brasil, seu principal assessor, o diretor do Banco Central para a dívida externa, Antônio de Pádua Seixas, enfrentava a perspectiva de mais um fim de semana

de reuniões com os banqueiros, para acertar os detalhes do telex que será expedido nos próximos dias à comunidade de bancos, com a assinatura do ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira.

O acordo, segundo o próprio comunicado dos bancos, não é bem um acordo. Trata-se, segundo a tortuosa linguagem escolhida para descrevê-lo, depois de três horas de negociações na noite da quinta-feira, "de um entendimento preliminar que marca o começo da normalização das relações entre o Brasil e a comunidade financeira internacional".

As dificuldades de redação do telex eram ilustradas, no final da semana, pela diversidade de interpretações que cada lado dava ao acordo concluído. Perguntado, numa entrevista coletiva que concedeu no Banco do Brasil, se o acordo representava o fim da moratória, Bracher respondeu: "Nessa questão da moratória, temos procurado sempre fazer todo o possível para sairmos dela. Mas esse acordo não significa ainda o fim da moratória, porque ele não dá ainda as condições que são necessárias para isso. A moratória, portanto, permanece".

No início das negociações, Bracher afirmara que a ambição brasileira era buscar um acordo que evitasse a possibilidade de o País, uma vez tendo suspenso a moratória, ter de voltar a ela, pois, como ele mesmo disse mais de uma vez, "é mais difícil começar uma moratória do que ficar na moratória".

O negociador brasileiro declarou, contudo, que o entendimento alcançado com os bancos "é um primeiro passo importante para nos levar gradualmente ao fim da moratória". Uma fonte qualificada do comitê de bancos disse que o acordo é importante "porque significa que o Brasil está de volta à mesa de negociações e voltou a pagar juros".

O banqueiro ressaltou, contudo, que "não será fácil" vendê-lo à comunidade dos bancos e que o esforço, nesse sentido, poderá levar até três semanas.

(Continua na página 18)

Os próximos passos do acerto externo

por Paulo Sotero
de Nova York

(Continuação da 1ª página)

Vários banqueiros, ouvidos por este jornal, chegaram à conclusão de que o acordo representa o fim da moratória, depois de lerem o texto do comunicado — especialmente o trecho no qual o governo brasileiro se compromete a “expandir sua cooperação com as agências governamentais, instituições financeiras multilaterais, junto com a comunidade financeira internacional, como forma de assegurar o financiamento externo para seu crescimento econômico.”

“Em relação a isso,” acrescentou o comunicado, “o Brasil buscará um programa com o FMI para apoiar seu programa econômico. (...) O Brasil afirmou que a implementação do entendimento preliminar capacitará o País a pagar os juros entre 1º de outubro e 31 de dezembro de 1987.

O esforço de cooperação acima referido dará apoio ao Brasil para manter em dia os pagamentos de juros a partir de 1º de janeiro”.

“Para mim, isso quer dizer que o Brasil concordou em encerrar a moratória, que é uma decisão sensata, e que buscará um acordo com o FMI rapidamente, pois o governo brasileiro sabe e já admitiu publicamente que para obter a cooperação dos credores oficiais, especialmente das agências oficiais dos países industrializados, tem de, primeiro, ir ao FMI”, afirmou um executivo de um grande banco de Nova York.

“Não se trata de um levantamento unilateral e incondicional da moratória, como os bancos prefeririam, mas se trata do fim da moratória, que leva o Brasil a retomar o pagamento de juros antes do que provavelmente gostaria, contra o compromisso dos bancos de desembolsar um empréstimo, para o refinanciamento de uma parte dos juros, mais cedo do que eles também desejariam”, acrescentou o banqueiro.

Um banqueiro sugeriu que a afirmação das autoridades econômicas brasileiras de que o País não levantou a moratória é politicamente motivada e dirigida a aplacar a liderança do PMDB.

EMPRESTIMO

O “entendimento preliminar” prevê um empréstimo de curto prazo dos bancos, de US\$ 3 bilhões, para financiar uma “grande parte” — cerca de dois terços — da conta de US\$ 4,3 bilhões de juros da dívida externa já vencida e por vencer entre o dia da decretação da moratória, ou seja, 20 de fevereiro, e 31 de dezembro próximo.

O Brasil compromete-se a saldar o outro terço, segundo um cronograma que será ativado nos primeiros dias de dezembro. Os bancos desembolsarão, então, US\$ 666 milhões e o Brasil entrará com US\$ 333 milhões para cobrir a conta de juros de outubro e novembro.

Nos primeiros dias de janeiro, os bancos transferirão outros US\$ 333 milhões para o Banco Central, que colocará mais US\$ 166 milhões e repassará o dinheiro de volta à comunidade de credores.

O desembolso do saldo do empréstimo de curto prazo dos bancos, de aproximadamente US\$ 2 bilhões (que servirá para o pagamento da conta de juros de fevereiro a setembro de 1987, para a qual o Brasil comparecerá com US\$ 1 bilhão de suas reservas), será realizado somente quando se tornar efetivo o acordo de reescalonamento mais amplo, que as duas partes começarão a negociar antes do fim deste mês, com a ambição de anunciá-lo até o dia 15 de janeiro.

Como, contudo, não se espera que este acordo maior seja efetivado antes de 15 de junho de 1988, segundo o próprio comunicado dos bancos, o desembolso dos US\$ 2 bilhões ocorrerá, na melhor das hipóteses, duas semanas antes de o empréstimo vencer.

Como o Brasil pagará esse empréstimo? A resposta, sugerida por mais de um banqueiro, é que o dinheiro terá que sair de fontes oficiais, pois, até junho de 1988, e simultaneamente à venda do acordo mais amplo com os bancos, o Brasil terá acertado suas contas com os credores oficiais — o que pressupõe um acordo com o FMI.

Uma fonte do comitê afirmou, contudo, que os US\$ 3 bilhões do empréstimo de curto prazo poderão ser refinanciados, no todo ou em parte, pelo acordo de reescalonamento mais amplo que será agora negociado.

Entre 75 e 100 grandes

bancos credores do País, que em conjunto detêm cerca de 80% da dívida a bancos, serão convidados a participar do empréstimo, que vence no dia 30 de junho de 1988. O governo brasileiro lhes oferece pagar uma taxa de risco de 0,875% mais uma taxa de 0,125% por sua participação.

Para incentivar a rápida formação desse sindicato de bancos, o Brasil se dispôs a pagar, adicionalmente, uma comissão de 0,125% (que se reduzirá, num dado momento, para 0,0625%) aos que aderirem rapidamente.

Os bancos que atenderem ao convite receberão, no final, uma remuneração total de 1,25% sobre seus empréstimos, que é 0,125% superior a que o País pagou na última renegociação parcial da dívida, assinada em julho do ano passado.

Embora alguns detalhes sobre a formação do sindicato de bancos ainda estivessem sendo negociados, na tarde da sexta-feira, uma fonte qualificada disse que o comitê espera ter o compromisso de participação dos bancos para esse empréstimo até o dia 24 próximo.

TELEX

Afirmando que o “entendimento preliminar” reforçou a posição de barganha do Brasil para a negociação do acordo mais amplo de reescalonamento da dívida, Fernão Bracher afirmou que o telex a ser expedido à comunidade de bancos mencionará dois pontos importantes para o Brasil, nesta fase das conversas.

Ou será uma manifestação da disposição dos credores em alterar a “sharing provision”, ou cláusula de partilha, dos contratos tradicionais entre bancos credores e nações devedoras, de modo a viabilizar a securitização, ou a transformação de uma parte das obrigações externas do País em títulos de longo prazo, a juros fixos.

O segundo ponto positivo, segundo o negociador brasileiro, “é que os bancos concordaram em refinanciar uma parte dos juros de 1988 e 1989”. Ele afirmou que o reescalonamento de juros, que tem de começar com o ano de 1986 (e cujo vencimento foi agora adiado até junho próximo), poderá ir além de 1989.

Na proposta de negociação que apresentou aos bancos, em 25 de setembro último, o governo brasileiro pedirá o refinanciamento de 100% dos juros de 20 de fevereiro a 31 de dezembro de 1987, e de pelo menos metade, ou cerca de US\$ 6 bilhões, dos juros a vencer em 1988 e 1989. Uma fonte do comitê indicou, porém, a este jornal, que os bancos não assumiram nenhum compromisso explícito sobre a rolagem de juros de 1989.

Em relação ao FMI, Bracher afirmou que os bancos “registraram a condição “sine qua non” para o Brasil continuar conversando, que é a de não vincular os desembolsos dos empréstimos do FMI com os empréstimos dos bancos, como tem afirmado o ministro Luiz Carlos Bresser Pereira”.

Banqueiros ouvidos por este jornal disseram que esse será um ponto de difícil negociação, pois, embora exista abertura para pensar em fórmulas alternativas, os credores privados continuarão a querer condicionar o desembolso de seus empréstimos aos desembolsos dos créditos oficiais.

Bracher citou, a propósito, a evolução na posição do governo dos EUA, nesse particular. Desde a última reunião anual do FMI, as autoridades econômicas de Washington vêm, de fato, enfatizando a necessidade de os bancos concentrarem suas atenções mais na “qualidade global” dos programas de ajustamento dos países endividados com o FMI e menos no cumprimento de metas específicas.

Segundo fontes financeiras, durante as negociações o governo brasileiro comunicou aos credores sua disposição de iniciar contatos com o FMI já neste mês. De acordo com essas fontes, a efetivação desses contatos será um elemento importante na decisão de vários grandes bancos de embarcar no empréstimo de curto prazo para o País.

A ida do Brasil ao FMI, disse uma bem situada fonte financeira, não é, contudo, pré-condição para a concessão do empréstimo de curto prazo previsto pelo “entendimento preliminar” anunciado, na semana passada.